



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 26/03/2026

ORDEM DO DIA

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.736, de 2019, que inclui na exigência para a transferência do veículo a certidão negativa dos crimes de estelionato e apropriação indébita.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada formulou questão de ordem com base no Regimento Interno, em resolução do Congresso e em entendimento do Supremo Tribunal Federal, argumentando que emendas a medidas provisórias devem manter relação com o objeto original, vedando inclusão de matérias estranhas. Em seguida, apontou que a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, tratava do reajuste das forças de segurança do Distrito Federal, mas recebeu dispositivos sobre energia nuclear, magistério de ex-territórios e competências das corporações locais. Destacou a inadequação temática dessas inclusões e solicitou que fossem consideradas não escritas. Por fim, alertou para risco institucional e pediu resposta da Presidência.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada da Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Presidente da Sessão anunciou a rejeição do requerimento de retirada da Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, em discussão. Em seguida, respondeu à questão de ordem apresentada pela Deputada Adriana Ventura, que apontava possível inclusão de conteúdo estranho na Medida Provisória nº 1.326, de 2025. Esclareceu que a questão de ordem não era instrumento adequado para discutir constitucionalidade ou mérito da proposição, atribuindo essa análise à Comissão Mista responsável. Também destacou que a verificação de pertinência temática e técnica legislativa cabia às instâncias próprias do processo legislativo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado informou a retirada dos destaques pela bancada após posicionamento do Presidente Alberto Fraga sobre a relevância da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, em discussão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Destacou que o texto, relatado pelo Deputado Rafael Prudente em articulação com a Deputada Erika Kokay e outros Parlamentares, consolidou avanços para órgãos e profissionais de segurança pública do Distrito Federal.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que o Governo defende a valorização e o armamento das forças de segurança no combate ao crime organizado. Além disso, criticou o incentivo ao armamento da população, apontando que armas adquiridas legalmente têm chegado às mãos do crime organizado, o que contribui para o aumento da violência. Ademais, destacou que a atuação das forças de segurança deve observar os limites da legislação, condenando excessos e a violência policial.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o ex-Presidente Bolsonaro por incentivar o armamento da população e não valorizar os profissionais de segurança pública mediante reajustes salariais. Ademais, defendeu que as forças de segurança sejam bem equipadas e tenham o monopólio das armas.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), parabenizou o Relator Deputado Rafael Prudente pela aprovação da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos. Ademais, enalteceu a mediação e a negociação da Deputada Erika Kokay, que aperfeiçoou a proposição em prol dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

profissionais de segurança pública do Distrito Federal. Por fim, saudou a todos que contribuíram com o Presidente Lula para o combate ao crime organizado.

Rafael Prudente (MDB - DF) - O Deputado defendeu o relatório da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos. Destacou que o texto foi construído coletivamente pelas bancadas do Distrito Federal e dos ex-Territórios, sem inclusão de matérias estranhas. Ademais, agradeceu a autoridades que contribuíram para o êxito da proposição como o Presidente Lula e o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, entre outras. Além disso, apontou a inclusão de benefícios aos servidores, como bônus de desempenho com recursos do Fundo Antifacção, gratificações e a inclusão do pagamento dos servidores da Polícia Penal pelo Fundo Constitucional, entre outros. Por fim, celebrou conquistas como o "posto acima", a garantia de defesa dos policiais demitidos de 1988 a 1997 e o custeio do Colégio Dom Pedro pelo Fundo Constitucional.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado parabenizou o Deputado Rafael Prudente pelo relatório da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos. Ademais, elogiou o acolhimento pelo Relator de emendas e conquistas como o "posto acima" para policiais militares e bombeiros, a exigência de curso de Direito para ingresso como oficial e critérios de idade e altura. Além disso, agradeceu à Senadora Leila Barros e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, ressaltando a articulação para viabilizar a votação antes do prazo de caducidade. Adicionalmente, explicou que propostas como a equiparação da Polícia Civil com a Polícia Federal não foram atendidas em razão de posição contrária do Governo. Por fim, enalteceu a atuação conjunta da bancada do Distrito Federal em defesa da segurança pública.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado elogiou o Deputado Rafael Prudente pelo relatório da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos. Ademais, destacou o acolhimento de emenda de sua autoria que garante a ascensão a um posto acima para policiais militares e bombeiros no momento da passagem para a reserva. Além disso, parabenizou a Senadora Leila Barros e a bancada do Distrito Federal pelo trabalho conjunto pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

aprovação da matéria. Por fim, reconheceu o apreço do Presidente Lula pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado elogiou o Deputado Alberto Fraga por sua atuação pela aprovação da Medida Provisória nº 1.326, de 2025, que dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos. Ademais, defendeu a valorização dos profissionais de segurança pública do Distrito Federal, especialmente da Polícia Penal. Além disso, cobrou melhores condições de trabalho para os profissionais de segurança pública nos Estados e em nível federal. Adicionalmente, reconheceu avanços na segurança pública do Paraná durante o Governo Ratinho Júnior, mas criticou falhas na reestruturação da Polícia Militar. Repudiou ainda a extradição da Deputada Carla Zambelli e a condenação criminal do ex-Presidente Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), denunciando a "ditadura do Poder Judiciário" e a perseguição política à Direita. Ao final, recriminou a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que dispõe sobre o crime de misoginia, e sustentou a retirada da Esquerda do poder.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado alertou para os impactos da guerra envolvendo Irã, Israel e Estados Unidos na economia brasileira, especialmente no aumento do preço dos combustíveis e na escassez de fertilizantes. Destacou a dependência do Brasil de importações de fertilizantes e informou a suspensão das exportações pela Rússia, além da interrupção do fornecimento pelo Irã. Ademais, criticou as decisões dos Governos Temer e Bolsonaro que produziram o fechamento de fábricas nacionais de fertilizantes e apontou a retomada da produção nacional pelo Governo Lula, destacando a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) no Paraná e em Três Lagoas (MS). Por fim, sustentou investimentos em fertilizantes nacionais para garantir a produção agrícola, sobretudo do pequeno agricultor.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado informou que seria realizada, no Palácio Anchieta, a solenidade de instalação da Unidade Mista de Pesquisa e Inovação da Embrapa, em parceria com IFES, UFES e Incaper. Relatou que a iniciativa resultou de uma demanda histórica da população capixaba e destacou que o projeto foi viabilizado com apoio do Governo do Presidente Lula. Informou que a medida representou avanço para a ciência, a pesquisa e a tecnologia voltadas à agricultura no Espírito Santo. Afirmou que a entrega simbolizou uma conquista para o povo brasileiro e capixaba, além de reconhecer o papel das instituições envolvidas na concretização da unidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado criticou a gestão do Governo do Distrito Federal e associou a administração a uma sequência de denúncias envolvendo operações financeiras e contratos públicos. Citou o caso do Banco Master, a tentativa de aquisição pelo BRB e um acordo com o PicPay para crédito consignado a servidores, mencionando repasses ao escritório ligado ao Governador Ibaneis Rocha. Também relatou decisão do Tribunal de Contas que considerou ilegal o contrato com a instituição financeira e apontou conexões entre a Vice-Governadora Celina Leão e Daniel Vorcaro. Afirmou que havia expectativa em torno de esclarecimentos sobre os fatos e cobrou providências diante de possíveis prejuízos ao patrimônio público do Distrito Federal.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado comparou medidas dos Governos Bolsonaro e Lula em áreas estratégicas da economia, com foco no setor de energia. Citou privatizações de empresas como BR Distribuidora e refinarias e afirmou que, diante da alta internacional de preços, a Petrobras manteve valores, enquanto o Governo Federal adotou medidas tributárias e aportes para conter combustíveis. Mencionou investigações sobre distribuidoras privatizadas, com fiscalização de órgãos como Polícia Federal, ANP e Senacon. Também abordou críticas à gestão anterior, com referências à pandemia, à fome e a políticas econômicas. Destacou ações recentes do Governo Lula em investimentos e defendeu continuidade de medidas voltadas ao crescimento e à redução de preços.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado informou que o Plenário do Supremo Tribunal Federal analisaria a prorrogação da CPMI do INSS. Destacou que o Ministro André Mendonça havia decidido pela continuidade da comissão em decisão individual, posteriormente submetida ao colegiado. Informou que a votação indicaria o posicionamento dos ministros em relação à continuidade das investigações e também o grau de apoio à decisão do magistrado no âmbito da Corte. Afirmou que acompanharia o resultado como indicativo do andamento das apurações e da atuação institucional no caso.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado relatou novas denúncias envolvendo Fábio Luís Lula da Silva e possíveis conexões com investigados por fraudes no INSS. Afirmou que o empresário Luiz Phillippe Rubini e o grupo Fictor, alvos de operação da Polícia Federal, teriam ligação com o filho do Presidente, incluindo atuação como consultor para aproximação com o Governo e posterior indicação ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Registrou que órgãos do Governo e a defesa negaram as relações apontadas. Informou que a sucessão de casos levantou questionamentos sobre ética e relação entre interesses privados e estruturas públicas. Defendeu apuração pelos órgãos competentes e destacou o papel do Congresso na fiscalização diante das denúncias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 41.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/03/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a celebração do Dia Nacional dos Animais e abordou mudanças na relação entre humanos e animais. Afirmou que o avanço científico ampliou a compreensão sobre a senciência e o papel ecológico da fauna, além de ressaltar a presença crescente de animais de companhia na vida familiar. Informou que essa realidade demandou atualização legislativa, citando o Projeto de Lei nº 941, de 2024, que dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável e dá outras providências. Defendeu que o tema envolve responsabilidade social, bem-estar animal e reflexão sobre valores éticos na convivência com outras formas de vida.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 2.351, de 2024, que cria o Programa Trabalhador Cidadão para assegurar o acesso dos trabalhadores que trabalham a céu aberto às instalações sanitárias de órgãos públicos e de empresas. Afirmou que a proposta previu alternativas como banheiros químicos, parcerias com estabelecimentos e uso de instalações públicas e privadas, respeitadas as regras locais. Ressaltou que o texto também determinou que eventuais custos não recaíssem sobre o trabalhador, com ressarcimento pelo empregador. Informou que a matéria buscou conciliar o direito de propriedade com sua função social, assegurando condições mínimas de dignidade no ambiente de trabalho e alinhamento com princípios constitucionais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou votos de pronta recuperação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, ao relatar preocupações com seu estado de saúde. Recordou que, desde o atentado ocorrido durante a campanha de 2018, o ex-Chefe do Executivo conviveu com consequências físicas que demandaram acompanhamento constante. Informou que Bolsonaro manteve atuação política e permaneceu como referência para setores da direita no País. Afirmou que, diante de questões de saúde, prevaleceram manifestações de solidariedade e respeito, independentemente de divergências políticas. Registrou apoio e desejou recuperação, destacando a relevância da presença de lideranças no debate público nacional.

ENCERRAMENTO